



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.651, DE 2003

(Do Sr. Takayama)

Dá redação ao "caput" do artigo 53, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, que institui o Código Civil.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-634/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº	DE 2003
-------------------	---------

Dá redação ao “caput” do artigo 53, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O “caput” do artigo 53, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, que institui o Código Civil brasileiro, fica redigido na seguinte forma:

“Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos ou religiosos, ordens pias, e afins”.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Atendendo ao precedente jurisprudencial consagrado no Recurso Extraordinário nº 31.179/DF, em que foi Relator o Eminentíssimo Ministro Hahnemann Guimarães, julgado em 08.04.1958, pela Segunda Turma do Colendo Supremo Tribunal Federal, com a ementa que se segue:

“Compete exclusivamente à Autoridade Eclesiástica decidir a questão sobre as normas da confissão religiosa, que devem ser respeitadas por uma associação constituída para o culto”;

Atendendo que, segundo a tradição expressa no Inciso I, artigo 16, da Lei nº 3.071/1916, referente ao Código Civil anterior, ficavam distinguidas as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, das associações de utilidade pública e das fundações;

Atendendo que, efetivamente, o novo Código Civil deixou de recepcionar o preceito do § 2º, do artigo 20, do diploma legal revogado, como expresso no atual artigo 2.045, ensejando a imprevisão legal acerca das denominadas sociedades de fato, “por falta de autorização ou de registro”;

Atendendo que a Igreja, de um modo geral, se constitui pelo universo de pessoas congregadas segundo uma doutrina de fé, afigurando, por isso mesmo, um modelo associativo atípico, em decorrência da própria união instável de seus membros;

Atendendo que o Inciso VI, do artigo 5º, da Constituição da República, assegura a liberdade inviolável de consciência e de crença e a garantia do livre exercício dos cultos religiosos;

Atendendo que, no ambiente do livre pensamento e da garantia da respectiva prática, foi acrescentada a proteção aos locais de culto e de suas liturgias, segundo as normas infra-constitucionais;

Atendendo que nos termos do artigo 1º, da Lei nº 9.042, de 09.05.1995, que “dispensa a publicação de atos constitutivos de pessoa jurídica, para efeito de registro público”, dando nova redação ao artigo 121, da Lei nº 6.015, de 31.12.1973, que dispunha sobre os registros públicos, prevalecendo, apenas, que “para o registro serão apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais far-se-á o registro...”;

Atendendo à convergência de entendimento do Jurista Miguel Reale, como exposto em Parecer publicado na data de 05.07.2003 no Jornal Folha de São Paulo, sobre o “Novo Código Civil e as Igrejas”, nos seguintes termos: “... As Igrejas não são associações civis, pois se constituem livremente de conformidade com os fins que lhes são próprios e decorrem de seus atos constitutivos autônomos...” (grifado).

Atendendo que a República nasceu laica e assim deverá permanecer, sendo vedado ao Estado estabelecer cultos ou neles intervir.

Atendendo, em resumo, que resultou afastada qualquer forma de intervenção estatal no domínio da consciência, crença e culto, sobressai íntegra a autonomia institucional e funcional das associações religiosas, ordens pias e afins, garantida a tradicional “autoridade eclesiástica”, como explicitada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal.

Nessa soberana linha de entendimento, confiamos na sensibilidade, destreza e apoio dos Ilustres Pares para a aprovação, em tempo hábil, desta proposição.

Sala das Sessões em / / 2003.

Deputado **TAKAYAMA**
PSB / PR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
.....

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

** Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000.*

.....
.....
.....
.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....

PARTE GERAL

LIVRO I DAS PESSOAS

.....

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS

.....

CAPÍTULO II DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

.....

PARTE ESPECIAL

Livro Complementar
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

.....
.....

Art. 2.043. Até que por outra forma se disciplinem, continuam em vigor as disposições de natureza processual, administrativa ou penal, constantes de leis cujos preceitos de natureza civil hajam sido incorporados a este Código.

Art. 2.044. Este Código entrará em vigor 1 (um) ano após a sua publicação.

Art. 2.045. Revogam-se a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.

Art. 2.046. Todas as remissões, em diplomas legislativos, aos Códigos referidos no artigo antecedente, consideram-se feitas às disposições correspondentes deste Código.

LEI Nº 3.071, DE 1 DE JANEIRO DE 1916*(Revogada pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002)*

Código Civil.

**PARTE GERAL
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1.º Este Código regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações.

**LIVRO I
DAS PESSOAS****TÍTULO I
DA DIVISÃO DAS PESSOAS**

.....
....

**CAPÍTULO II
DAS PESSOAS JURÍDICAS****Seção I
Disposições Gerais**

.....
....

Art. 16. São pessoas jurídicas de direito privado:

I — as sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações;

II — as sociedades mercantis;

III — os partidos políticos.

**Inciso III acrescentado pela Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995.*

§ 1.º As sociedades mencionadas no n.º I só se poderão constituir por escrito, lançado no registro geral (art. 20, § 2.º), e reger-se-ão pelo disposto a seu respeito neste Código, Parte Especial.

§ 2.º As sociedades mercantis continuarão a reger-se pelo estatuído nas leis comerciais.

§ 3.º Os partidos políticos reger-se-ão pelo disposto, no que lhes for aplicável, nos arts. 17 a 22 deste Código e em lei específica.

**§ 3.º acrescentado pela Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995.*

Art. 17. As pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não o designando, pelos seus diretores.

Seção II

Do Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Art. 18. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa.

Parágrafo único. Serão averbadas no registro as alterações que esses atos sofrerem.

Art. 19. O registro declarará:

I — a denominação, os fins e a sede da associação ou fundação;

II — o modo por que se administra e representa ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

III — se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo;

IV — se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais;

V — as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio neste caso.

Seção III

Das Sociedades ou Associações Cíveis

Art. 20. As pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros.

§ 1.º Não se poderão constituir, sem prévia autorização, as sociedades, as agências ou os estabelecimentos de seguros, montepio e caixas econômicas, salvo as cooperativas e os sindicatos profissionais e agrícolas, legalmente organizados.

Se tiverem de funcionar no Distrito Federal, ou em mais de um Estado, ou em territórios não constituídos em Estados, a autorização será do Governo Federal; se em um só Estado, do governo deste.

§ 2.º As sociedades enumeradas no art. 16, que, por falta de autorização ou de registro, se não reputarem pessoas jurídicas, não poderão acionar a seus membros, nem a terceiros; mas estes poderão responsabilizá-las por todos os seus atos.

Art. 21. Termina a existência da pessoa jurídica:

.....

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos
e dá outras providências.

.....
.....

TÍTULO III DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

.....
.....

CAPÍTULO II DA PESSOA JURÍDICA

.....
.....

Art. 121. Para o registro serão apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais far-se-á o registro mediante petição do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nas duas vias, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha. Uma das vias será entregue ao representante e a outra arquivada em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 9.042, de 09/05/1995.*

CAPÍTULO III DO REGISTRO DE JORNAIS, OFICINAS IMPRESSORAS, EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Art. 122. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão matriculados:

- I - os jornais e demais publicações periódicas;
- II - as oficinas impressoras de qualquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;
- III - as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;
- IV - as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

.....
.....
.....
.....

Seção de Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Aud. de Publ. de 251 6 19 58

mda

534

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 31.179 - Distrito Federal

*Irmândades religiosas - Disciplina de Aulores
Ordens Eclesiásticas - Questões sobre normas
de confissão religiosa.*

Compete exclusivamente a autoridade eclesiástica decidir a questão sobre as normas da confissão religiosa, que devem ser respeitadas por uma associação constituída para o culto.

ACORDÃO

Vistos estes autos nº 31.179, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal conheceu do recurso de D. Jaime de Barros Câmara, e lhe dá provimento, conforme as notas juntas.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1958.

Antonio Carlos Lafayette de Andrada - presidente
Hahnemann Guimarães - relator

00345020
04370310
01791000
00000110

8-4-1958
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

535

MCP

SEGUNDA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 11.179 - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: - O SENHOR MINISTRO HAHNEMANN GUIMARÃES

PROCURADOR: - D. Jaime de Barros Câmara

RECORRIDA: - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé

R E L A T Ó R I O

00345020
04370310
01792000
00000250

O SENHOR MINISTRO HAHNEMANN GUIMARÃES

RÊES: - Restaurou-se em embargos a sentença apelada (fl. 292), pois cabia a ação do C.P.C., art. 371, para a defesa do direito de eleger a autora sua administração pelo Compromisso de 1858 e 1861, sem a intervenção das autoridades eclesiásticas; e para impedir que a Junta Interventora reformasse o Compromisso, segundo o Direito Canônico, que é "direito estrangeiro" (fl. 738).

Os réus alegaram violação do dec. nº 119A, de 7 de Janeiro de 1890, e da Constituição de 1891, art. 72, § 3º, conforme a jurisprudência (fl. 1144).

As partes arrazaram (fl. 1.162 e 1246).

R.E. nº 11.179

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- 2 -

536

V O T O

Conheço do recurso pelos fundamentos indicados,
e lho dou provimento.

A autoridade temporal não pode decidir questão espiritual, surgida entre a autoridade eclesiástica e uma associação religiosa. Esta impossibilidade resulta da completa liberdade espiritual, princípio de política republicana, que conduziu à separação entre a Igreja e o Estado, por memorável influência positivista, de que foi órgão Re-natório Ribeiro, nos o projeto apresentado ao Governo Provi-sório em 9 de Dezembro de 1889.

O citado dec. nº 119 A proíbe ao poder público intervir na disciplina das associações religiosas, dispen-sa, no art. 3º, que a liberdade de culto "abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igre-jas, associações e institutos em que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e vive-rem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público."

Esta proibição tem de ser observada sob a Cons-tituição vigente, que garante, no art. 141, § 7º, a liber-dade de culto, como as Constituições de 1891, art. 72, § 3º; de 1934, art. 113, § 5, e de 1937, art. 122, II.

Compete exclusivamente à autoridade eclesiás-tica decidir a questão sobre as normas de confissão reli-giosa, que devem ser respeitadas por uma associação cons-tituída para o culto. Esta não se insere na disciplina es-

00345020
04370310
01793000
00970310

540

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

8-4-58

04/

SEGUNDA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 31.179 - DISTRITO FEDERAL

RECORRENTE: D. JAIME DE BARROS CÂMARA

RECORRIDA: IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA ANTIGA SÉ

D E C I S ã O

00345020
04370310
01794000
00000520

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

CONHECERAM DO RECURSO E LHEI DERA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

Ausente, justificadamente, o Exmo. Sr. Ministro Vil-
las Bôas.Tomaram parte do julgamento os Exmos. Srs. Ministros
Hahnemann Guimarães (Relator), Sampaio Costa, Afrânio Costa
(substitutos, respectivamente, dos Exmos. Srs. Ministros Ribe-
rê da Costa, que se acha em gozo de licença e Rocha Lagôa, que
se encontra em exercício no Tribunal Superior Eleitoral) e La-
fayette de Andrada - Presidente da Turma.

HUGO MÓSCA - Vice-Diretor Interino

FIM DO DOCUMENTO
